

**5.3 RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL  
PARA INSTRUÇÃO DE PEDIDO NO ÂMBITO DO RERA E SITO EM  
CRESPOS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CRESPOS E POUSADA-  
EGA – EXTRAÇÃO DE GRANITOS & AGREGADOS, LDA:**

Do Sr. Vereador do Pelouro do Planeamento, Ordenamento do Território e do Urbanismo,

Submetendo informação circunstanciada relativamente ao pedido de reconhecimento de interesse público municipal, pronunciando-se desfavoravelmente.

*À Comissão Municipal.*

*18.09.17*



Requerente: EGA – Extração de Granitos & Agregados, Lda (2017/450.30.502/1) / Local: Crespos

## DESPACHO

Considerando:

- a) A informação técnica de 25/08/2017 onde se refere que em 10 agosto de 2016, data da vistoria efetuada à pedreira, a mesma se encontrava abandonada;
- b) A informação técnica de 22/02/2018 da DPRRU no âmbito do processo 4258/URB/PED/17, de destacar que *"Todos os pedidos têm enquadramento no RERAE, competindo-nos avaliar de que modo se pretende salvaguardar e minimizar os impactos da laboração da atividade na paisagem e no dia-a-dia das comunidades residentes nas envolventes"*;
- c) O parecer desfavorável da União de Freguesia de Crespos e de Pousada, sustentado no impacto na qualidade de vida da população devido à emissão de poeiras e ruídos e pelo impacto ambiental;
- d) Pela proximidade de habitações e outras construções;
- e) Reiterando os considerandos do nosso despacho anterior sobre esta matéria, de 9 de janeiro de 2018;

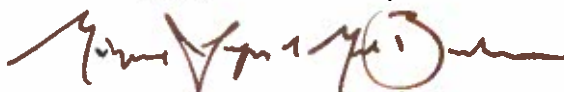
Submete-se à reunião de câmara o processo com o **parecer desfavorável ao Reconhecimento de Interesse Público Municipal.**

Recomenda-se a regularização de atividade no âmbito do Plano Director em vigor, e/ou a sua avaliação no do processo de revisão do Plano Director Municipal, ponderado o impacto da atividade, não sendo aceitável a expansão da exploração pelas razões anteriormente explanadas.

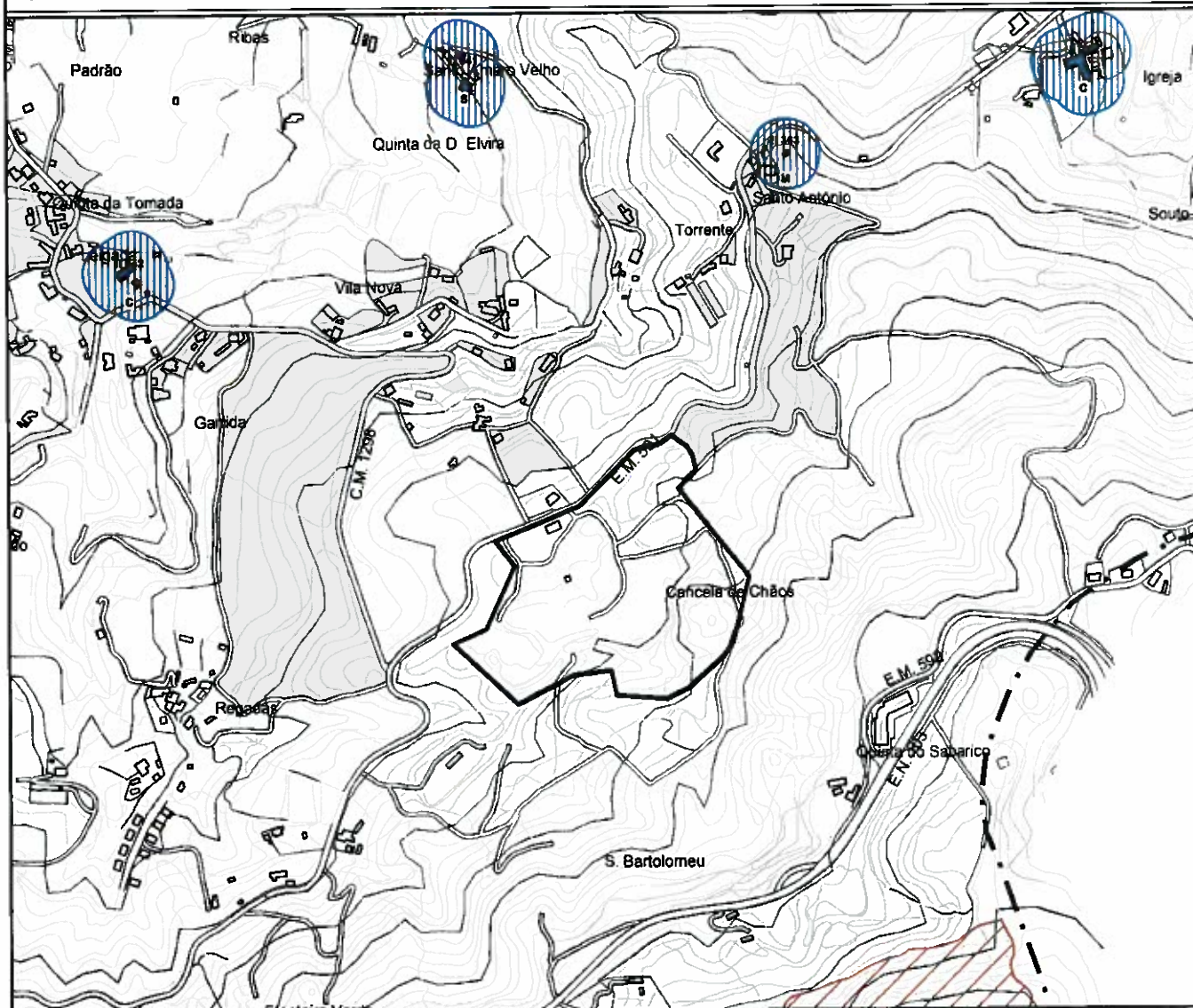
Braga, 14 de setembro de 2018






























Submete-se à consideração superior o envio à reunião de executivo,

O Vereador do Planeamento, Ordenamento do Território e do Urbanismo,



(Miguel Sopas de Melo Bandeira)



	Área de Pedreira		Património Arquitectónico Classificado		Zona de Proteção Arquológica
	Património Arquitectónico Inventariado		Monumento Nacional		Património Arquitectónico Inventariado
	Monumento de Interesse Público		Monumento de Interesse Municipal		
	Em Vias de Classificação		Monumento de Interesse Público		
	Zona Geral de Proteção		Monumento de Interesse Municipal		
	Zona Especial de Proteção		Monumento de Interesse Público		
	Zona Non Aedificandi		Monumento de Interesse Municipal		
			Monumento de Interesse Público		
			Monumento de Interesse Municipal		
			Monumento de Interesse Público		
			Monumento de Interesse Municipal		



Entidade Proprietária: Câmara Municipal de Braga  
Entidade Produtora: ARTOP, Aero-Topográfica, Lda.  
Data da Edição: 08/2013  
Data e nº da Homologação: Nº 173 de 28-08-2013  
Entidade Responsável pela Homologação: Direção-Geral do Território  
Série Cartográfica Nacional 1:10 000

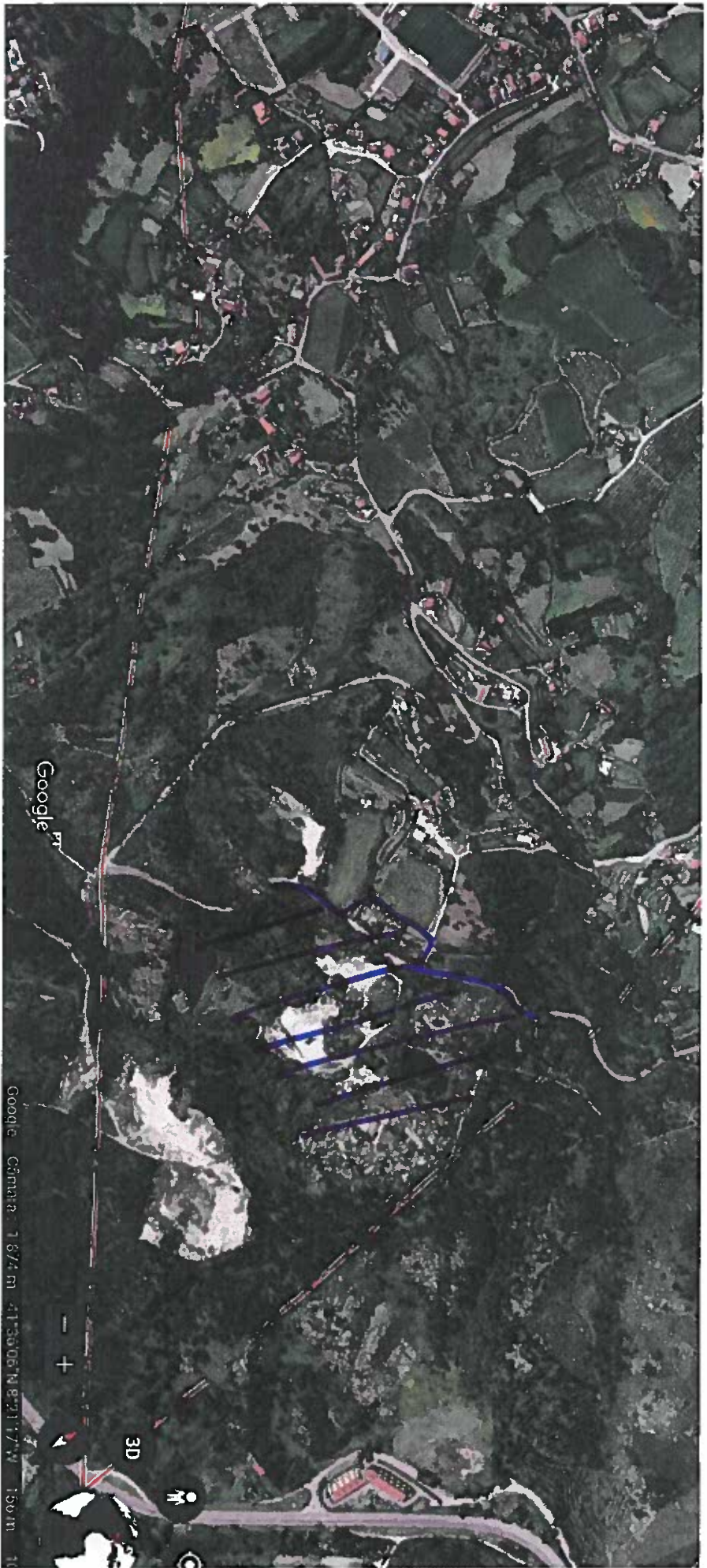
Projeção Retangular de Gauss - Elipsoide de Hayford, Datum 73  
Coordenadas Hayford-Gauss  
Datum Altimétrico Nacional (Cascais)  
Exatidão Planimétrica: e.m.q. 1,50m  
Exatidão Altimétrica: P.C. e.m.q. 1,80m  
Exatidão Temática: melhor que 90%  
Precisão Posicional Nominal de Reprodução: 2,2m

Origem das Coordenadas Retangulares - Ponto Central  
 $\varphi = 39^{\circ} 40' 00''$   $\lambda = 8^{\circ} 07' 54,862''$  W de Gr  
Falsa Origem: em M: +180.598m, em P: -88.990m do Ponto Central

**Sobreposição da área da pedreira com a planta de ordenamento - sistema patrimonial**



Ref.	
Data	10/09/2018
Esc.	1/10.000





**BRAGA**  
Município

DPRRU-DIV. PLANEAMENTO REV. REGENERAÇÃO URBANA

*Ver. MB*

*Eng. Miguel Mesquita*

*Remeter ao DGV*

*Para decisão superior*

*Tratando-se de uma realização  
de uma obra em conformidade com o despacho  
de 9 de janeiro último do Sr. Vereador Profr.  
regul. Cond. e.  
tem parecer desfavorável da U.F. Local.  
10/9/2018  
Rafael Augusto*

Processo Obra: 2017/450.30.502/1

Registo de entrada: E/5379/2017

Requerente: EGA - extração de Granitos & Agregados, Lda

Local da obra: Crespos

Informação: 27698 de 07/09/2018

Assunto: EGA - Pedreira 5858 - Solicitação de reconhecimento de interesse público municipal para instrução de pedido no âmbito do RERAE

Técnico responsável: Ana Filomena Farinhas da Silveira Carvalho

#### Informação:

##### Âmbito do parecer técnico

1. Através do requerimento E/5379/2017, de 31 de maio, veio a empresa Navater, agora averbado em nome da EGA, requerer o reconhecimento do interesse público municipal previsto no n.º 4 do artigo 5º do regime extraordinário de regularização de atividades económicas, vulgo RERAE, Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11, e Lei n.º 21/2016 de 19/07.

##### Análise Técnica

2. A pedreira n.º 5858 - Crespos, encontra-se em funcionamento desde 1990 (com licença por despacho de 31/03/1997 do Ministro de Economia), estando a sua área de exploração devidamente identificada na Planta de Ordenamento do PDM em solo rural:

- i. Solo rural - Espaços afetos à exploração de recursos geológicos - subcategoria: Espaço de exploração consolidada (G1);
- ii. Solo rural - Espaço Florestal de Proteção.

3. Face à Planta de Condicionantes insere-se em:

- i. Reserva Ecológica Nacional - cabeceiras de linhas de água;
- ii. Reserva Ecológica Nacional - áreas com risco de erosão;
- iii. Classe de perigosidade de incêndio alta ou muito alta;
- iv. Área ardida em 2010.

4. Pretende a legalização da reativação da atividade não se prevendo aumento da área de exploração, conforme planta anexa.

5. Detêm 7 postos de trabalhos, e apresentam /estimam facturação anual na ordem dos 500.000 €.

6. Nos termos expostos o pedido enquadra-se no âmbito do diploma RERAE, dado tratar-se de atividade abrangida pela alínea d) do n.º 3 do artigo 1º, e desenvolver atividade por mais de dois anos, como requerido no artigo 2º do RERAE. A este facto acresce a redação dada ao artigo 2º da Lei n.º 21/2016 de 19/07: "Para além das situações a que se refere o artigo 2º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, podem ainda ser apresentados pedidos de regularização relativos às atividades previstas no n.º 3 do artigo 1º desse decreto-lei, que não tenham chegado a iniciar-se ou tenham cessado ou sido suspensas há mais de um ano, desde que existissem, iniciadas ou acabadas, instalações de suporte dessa atividade à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro."



7. Em cumprimento do despacho do Sr. Vereador Miguel Bandeira, de 9 de janeiro de 2018, foi solicitada pronúncia às juntas de freguesia onde as explorações de massas minerais (pedreiras) se localizam, tendo essa solicitação sido reiterada a 23 de fevereiro, com a entrega do I/1218/2018, informação que retrata o procedimento de regularização extraordinária, e o cenário alternativo de análise dos pedidos das pedreiras em sede de revisão do PDM.
8. Na situação em apreço a Junta da União de Freguesias de Crespos e Pousada pronunciou-se em sentido desfavorável à ampliação da exploração e do reconhecimento de interesse público municipal.
9. É competência da Assembleia Municipal a decisão sobre o interesse do pedido da pedreira poder ser analisado ao abrigo do procedimento de regularização extraordinária previsto no RERAE, através do reconhecimento do interesse público municipal nesse processo. Importa esclarecer que o reconhecimento de interesse público municipal não representa a legalização das atuais condições, apenas permite que o processo seja analisado à luz do RERAE, demonstrando interesse municipal na resolução da situação.
10. De facto, como constante no artigo 11º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 165/2014, a deliberação da conferência decisória assume um dos seguintes sentidos: a) Deliberação favorável; b) Deliberação favorável condicionada; c) Deliberação desfavorável.
11. Não reconhecer o interesse público municipal a uma ou mais explorações é, no âmbito do RERAE, a eliminação da oportunidade de resolução da situação por esse enquadramento legal pois terá como principais consequências a rejeição liminar do processo na entidade coordenadora por deficiente instrução, e a obrigação legal de se despoletarem medidas de reposição da tutela da legalidade por parte da câmara municipal.
12. Em termos urbanísticos é sempre preferível que as atividades económicas se desenvolvam nos termos do título emitido do que sem ele. No universo das pedreiras esta constatação é ainda mais premente dada a obrigação de cumprimento de um plano de recuperação paisagística.

#### **Proposta de decisão**

13. Decorre do exposto que o pedido tem enquadramento nas disposições do RERAE, ainda que tenha obtido parecer desfavorável da Junta da União de Freguesias de Crespos e Pousada.
14. Nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5º cabe à Assembleia Municipal decidir se existe interesse na regularização extraordinária desta exploração pecuária ao abrigo do RERAE, sob proposta da câmara municipal.

A Chefe de Divisão,




75 0 75 150 225 300 m

 LIMITE DE ESCAVAÇÃO PROPOSTO

 ÁREA DA PEDREIRA

ESPAÇOS AFETOS À EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOLÓGICOS (PDM 2015)

 G1- ESPAÇOS DE EXPLORAÇÃO CONSOLIDADA (PDM 2015)

 G2- ESPAÇOS A RECUPERAR

**DMUOP / DMPOT / DPRRU**

DIVISÃO DE PLANEAMENTO,  
REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

PRODUTOR: **MARTINHA ROCHA, ENG<sup>a</sup>**

EMAIL: **martinha.rocha@cm-braga.pt**

REQUERENTE:

LOCAL: **CONCELHO DE BRAGA**

PRETENSÃO: **PEDREIRA LUGAR DA TORRENTE**

PROC: .....

DOC: .....

DATA: **05/09/2018**

ESCALA: **1/5 000**

